

Lei Antifumo

João Ricardo Alvarez Nicolosi Junior

RESUMO:

A lei nº11.541,tem como principais objetivos, diminuir o fumo de segunda mão e proporcionar ambientes mais saudáveis . A criação da lei busca proporcionar uma melhora na saúde de forma coletiva, de modo que estabelece proibições ao fumo em lugares de uso coletivo e ambientes fechados. Lembrando que esta lei restringe, mas não proíbe o ato de fumar, sendo assim foram selecionados ambientes onde é permitido fumar. Todo esse contexto de lei foi criado segundo o ministério da saúde para acabar com os “fumantes passivos”,isto é, visa defender a saúde, principalmente, das pessoas que não fumam, mas que acabam obrigadas a inalar a fumaça do cigarro das pessoas que fumam. A lei antifumo tem sido um enorme sucesso Brasil a fora, sendo adotada hoje não somente no estado de São Paulo, mas também Rio de Janeiro, Minas Gerais e alguns outros

A lei contara com apoio de fiscalização da ANVISA, dispondo esta de agentes disfarçados para realizarem a fiscalização e a autuação no caso de infrações. Além disso a fiscalização sera feita a qualquer momento do dia ou da noite, não precisando de avisos para realizarem.

Por fim percebemos os interesses do governo envolvidos na criação desta lei, que parte de despesas, mas que se ocultam através de argumentos de proteção a saúde publica.

Palavras-chave: Tabagismo. Saúde Publica. Fumo Passivo.

1 INTRODUÇÃO

A lei antifumo, criada no Estado de São Paulo no dia 07 de maio de 2009, vem para defender a saúde das pessoas que involuntariamente acabam inalando a fumaça de artifícios de tabagismo de outros e assim acabam que sem perceber prejudicando a saúde.

Vista de um olhar por cima, tem sido um sucesso e é aprovada ate mesmo pelos fumantes, que compreendem que fazer com que outros participem deste ato involuntariamente é um desrespeito aos princípios e costumes. Para se ter uma noção de tamanho sucesso da lei, não fora adotada somente no Estado de São Paulo, mas em outros Estados como: Minas Gerais e Rio de Janeiro, e em cidades internacionais como: Nova York, Londres, Paris e Buenos Aires

A nova lei restringe mas não proíbe o ato de fumar, assim existem lugares onde é permitido o fumo e lugares onde não são permitidos, a responsabilidade em garantir que os ambientes estejam livres do tabagismo será dos responsáveis dos estabelecimentos

O governo conta com agentes da ANVISA (agência nacional de vigilância sanitária) que são responsáveis em realizar as fiscalizações nos estabelecimentos e também responsáveis em aplicar a multa aos infratores.

2 Antes e depois da criação da lei

Façamos uma rápida análise de hoje e a mais ou menos vinte anos atrás, veremos que segundo pesquisas existia um número maior de causas de infarto, enfiseма pulmonar, câncer, entre outras doenças proporcionadas pelo fumo

Com a criação da lei é notório que existe uma evolução na saúde pública, como comprova a revista: "Journal of the American College of Cardiology", que diz que nos EUA houve uma queda de aproximadamente um terço nos casos de infarto, após a aplicação da lei.

Com esses dados podemos ver que o fumo não prejudica somente os fumantes, mas também pessoas que convivem inalando a fumaça de outros, os famosos "fumantes passivos", que sem perceber, diretamente foram beneficiados por esta lei, que sem perceber estão gozando de uma saúde melhor.

Pensemos um pouco no caso de garçons que diretamente eram obrigados a ingerir a fumaça de cigarros, ou então no caso de uma família com uma criança pequena, que adentra a um bar apenas para realizar uma refeição e acabam que sem perceber levando como acompanhamento toxinas geradas pelo fumo. Esta situação a mais ou menos vinte anos atrás seria comum, costumeira e até mesmo um exagero da família brigar com o fumante por esse motivo, hoje não mais, com o surgimento desta lei é notório que não é um exagero devido aos danos proporcionados pelo fumo, muito pelo contrário hoje esta é uma atitude que se torna frequente já que, por amparo da lei estão os fumantes passivos.

Vemos também que a lei de certa forma influencia o costume de uma determinada sociedade, como exemplo pelo fato de uma pessoa que seja menor de idade que esteja fumando esse menor passa a impressão de irresponsabilidade dos pais e do estabelecimento onde fora realizado a compra, esse exemplo de costume já é um pouco mais velho, mas ao exemplo de uma pessoa pedir ao fumante que apague o cigarro porque está atrapalhando ou pedir que ele fume em outro lugar, mostra que a lei pouco a pouco vai modificando as pessoas.

2.1 Fiscalização da lei 11.541

Serão realizadas jornadas extras de fiscalização nos estabelecimentos por agentes da anvisa, sejam os bares e estabelecimentos de funcionamento noturno ou diurno, existirá agentes para realizar a fiscalização. Eles disponibilizam de carros e uniformes especiais e adentrarão aos estabelecimentos não apenas verificando se existem pessoas fumando, mas também se existem placas alertando sobre a lei e lugares onde e permitido fumar.

Lembrando que os agentes não irão fiscalizar e punir os fumantes, mas sim os proprietários ou responsáveis do estabelecimento, já que a lei foi feita para que o fumante disponha de lugares para fumar, lugares onde e permitido o fumo, a fiscalização será feita a qualquer horário do dia

Talvez não seja justo o proprietário pagar a multa por uma pessoa que esteja infringindo a lei, mas segundo comentários e intenção da lei e exatamente essa, fazer com que os proprietários dos estabelecimentos fiscalizem, alguns argumentam que talvez os fumantes não sejam conscientes desse mal que proporcionam não somente a eles.

Além do mais as pessoas que notarem a infração desta lei poderão fazer denúncias através do telefone ou através do portal da lei.

2.1.1 Qual o Objetivo da lei nº11.541

A pergunta mais comum é qual o objetivo e a finalidade da lei antifumo, pois podemos notar que a cada dia o ministério da saúde se preocupa mais com situações que para quem não tem o conhecimento são de pequena importância e de pouco agravante. Mas ao fazermos esta pergunta normalmente não temos o conhecimento de que, câncer, enfisema, infarto, bronquite, trombose e varias outras doenças causadas pelo cigarro geram gastos ao governo, gastos hospitalares e farmacêuticos.

A preocupação do governo vai além da saúde da população, a preocupação do governo atinge como objetivo a economia do país, mas que esta oculta a visão da maioria da população, talvez por fatores políticos

Mas podemos notar em alguns detalhes, como nos impostos repassados aos consumidores de artifícios de tabagismo, o tabaco de modo geral sofre aproximadamente um reajuste anual de 25% sobre o valor bruto, enquanto bebidas e comidas aproximadamente de 5% a 10%, ou seja, talvez a intenção do governo seja de que movidos pelo aspecto financeiro as pessoas possam deixar esse vício de lado, mas que, se não conseguirem com tanto imposto cobrado, pelo menos o governo tenha um auxílio nos gastos hospitalares e farmacêuticos.

A população de modo geral salvo os fumantes, são a favor desse reajuste e acreditam que isso pode ajudar os fumantes a pararem de fumar, já o governo esta buscando uma ajuda um pouco mais forte contando com um famoso remédio chamado: Ziban, que nada mais e do que um antidepressivo, que ajuda a inibir a abstinência causada pela nicotina, porem ainda não esta disponível nos postos de saúde, por ser um remédio muito caro, mas que segundo especialistas fica mais barato para o governo fazer com que uma pessoa deixe de fumar do que mais tarde pagar pelos gastos hospitalares e farmacêuticos

3 CONCLUSÃO

Pode-se concluir através da leitura deste artigo, que a criação da lei 11.541 tem varias finalidades e objetivos, tais como a economia, a saúde publica e o bem estar da população de forma geral. A economia por exemplo fica abalada pelo fato do governo ter despesas hospitalares e farmacêuticas com as doenças geradas pelo fumo, a saúde publica era danificada por pessoas que conviviam com fumantes ou que estivessem perto deles, sem perceber inalando não só a fumaça, mas milhares de toxinas, que poderiam futuramente gerar uma serie de doenças

A fiscalização será realizada por agentes da ANVISA, que não necessitarão de avisos e acordos para serem realizadas. Não podemos esquecer de que a lei busca fiscalizar os proprietários dos estabelecimentos e não os fumantes, já que determina a lei que o fumante, deve dispor de lugares para fumar, lugares

onde ele não infrinja a lei, isto é, lugares que são disponibilizados pelos estabelecimentos.

Com a criação da lei fica notório a evolução da saúde pública conforme dito anteriormente, podemos notar que através de pesquisas, segundo o EUA houve uma queda de um terço nos casos de infarto em todo o país após início a vigência da lei, ou seja, ficavam expostos a doenças causadas pelo fumo não apenas fumante mas também pessoa que compartilhassem da fumaça, sendo esta lei de benefício geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/lei-antifumo/>

<http://www.leiantifumo.sp.gov.br/portal.php/lei>

FACULDADES INTEGRADAS “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.